

# ALFABETIZAÇÃO: CONCEPÇÕES DOS EDUCADORES DA TURMA DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

<https://dx.doi.org/10.48097/2674-8673.2023n8p03>

Cynthia Lira<sup>1</sup>  
Deyse Daniella Sergio Rodrigues<sup>2</sup>  
Tamires Mayara Fernandes da Silva<sup>3</sup>  
Tamires Vitória Cavalcanti da Silva<sup>4</sup>

## RESUMO

O presente estudo trata do processo de alfabetização nas séries iniciais do Ensino Fundamental, sob a ótica dos docentes, partindo da questão norteadora: quais as concepções dos (as) professores (as) acerca da alfabetização nas turmas do 1º Ano do Ensino Fundamental? Este trabalho estrutura-se a partir de um levantamento bibliográfico, trazendo à tona um breve histórico da alfabetização e o seu conceito. Freire (1980), Soares (2016), Ferreiro (1999) e Teberosky (1999) fundamentam a base teórica da pesquisa. O objetivo geral é analisar as concepções dos (as) docente acerca da alfabetização na turma do 1º Ano do Ensino Fundamental. Para tanto, selecionamos três professoras que atuam nas séries iniciais, na etapa da alfabetização, em uma escola pública localizada na região metropolitana da cidade do Recife. Metodologicamente, a abordagem é qualitativa, aplicando na coleta de dados a entrevista semiestruturada e a análise do discurso.

**Palavras-chaves:** Alfabetização. Saberes Docentes. Políticas Públicas.

**Data de submissão:** 24/08/2022

**Data de aprovação:** 10/10/2022

## ABSTRACT

The present study deals with the literacy process in the initial grades of Elementary School, from the perspective of teachers. Starting from the guiding question: What are the teachers' conceptions about literacy in the 1st Year of Elementary School classes? A bibliographic survey is structured, bringing up a brief history of literacy and its concept. Freire (1980), Soares (2016), Ferreiro (1999), Teberosky (1999), form the basis of the theoretical basis of the research. The general objective is to analyze the teachers' conceptions about literacy in the 1st Year of Elementary School class. For that, we selected three teachers who work in the initial grades, in the literacy stage, in a public school located in the metropolitan region of the city of Recife. Methodologically, the approach is qualitative, applying semi-structured interviews and discourse analysis in data collection.

**Keywords:** Literacy, Teacher Knowledge, Public Policy.

---

<sup>1</sup> Professora orientadora do curso de Pedagogia da Faculdade Metropolitana da Grande Recife.  
E-mail: cinthia@metropolitana.edu.br

<sup>2</sup> Concluinte do curso de Pedagogia da Faculdade Metropolitana da Grande Recife.  
E-mail: deysedaniella16@gmail.com

<sup>3</sup> Concluinte do curso de Pedagogia da Faculdade Metropolitana da Grande Recife.  
E-mail: tamiresfernandesmc@gmail.com

<sup>4</sup> Concluinte do curso de Pedagogia da faculdade Metropolitana da Grande Recife.  
E-mail: tamiresv743@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Historicamente, a alfabetização de crianças transita em diversas metodologias e abordagens. O tradicionalismo, palco da repetição e não reflexão, estrutura um processo de alfabetização com ênfase na leitura mecânica. O método Paulo Freire, aplicado na Educação de Jovens e Adultos, nos anos 90, trouxe um novo olhar para a construção de uma leitura, embasada, principalmente, nos conhecimentos prévios que os alunos e alunas possuíam. Ou seja, aproveitar o que o sujeito já sabe, utilizando elementos do cotidiano e das vivências culturais do grupo, para assim, constituir o processo de leitura e escrita.

As contribuições de Freire fazem parte dos conceitos de alfabetização contemporâneos, resignificando as práticas também nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Autoras como Ferreiro (1999) e Teberosky (1999) contribuem nas reflexões de um processo de alfabetização que se dá por etapas, respeitando, além da faixa etária, o modo como cada sujeito aprende. Ambas favorecem os estudos para a construção de um processo de leitura e escrita que caminha para além das repetições, tendo como alicerce o campo da reflexão, do pensar criticamente, da compreensão do que se lê e do que se escreve.

A legislação brasileira oferta as diretrizes para o processo de alfabetização nas séries iniciais e como documento mais recente neste debate temos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nela, encontramos um capítulo direcionado à turma do 1º Ano do Ensino Fundamental, como etapa transitória neste processo.

Visando responder à questão norteadora: quais as concepções dos (as) professores (as), acerca da alfabetização nas turmas 1º Ano do Ensino Fundamental, estruturamos a pesquisa configurada em uma abordagem qualitativa e como técnica de coleta foi utilizada a entrevista semiestruturada. O *locus* do nosso estudo é uma escola pública localizada na região metropolitana da cidade do Recife e os sujeitos, três professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental.

No que diz respeito aos saberes docentes acerca da alfabetização, Nóvoa (1997) cita que “O professor se forma na escola”, ou seja, entendemos o ambiente escolar como uma troca de saberes no qual o docente está atualizando as ações de novas práticas, ao permitir uma aprendizagem compartilhada. O conteúdo e os métodos de ensino mudam à medida que a demanda social da alfabetização se transforma e, assim, as competências que se esperam dos professores não cessam de ser redefinidas.” (CHARTIER, 1998, p. 4). Nesta

linha de pensamento, os saberes dos docentes são constituídos através de uma formação continuada.

## **ALFABETIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

É essencial conhecermos as políticas públicas voltadas para a educação Brasileira, considerando, principalmente, as que tratam de alfabetização e contemplam as séries iniciais do Ensino Fundamental.

As políticas públicas educacionais, quando implantadas corretamente, configuram-se em um instrumento mediador da democratização do ensino. Sabemos que quando olhamos historicamente para a educação brasileira, percebemos que o acesso das camadas menos favorecidas foi fruto de muitas lutas sociais e ações políticas para que todos tivessem esse direito. Educação é um direito constitucional, somada à saúde, lazer, segurança, moradia, alimentação, entre outros.

A década de 1980 foi marcada por importante transformação política e institucional. Sob a perspectiva da sociedade civil organizada, os debates acerca da garantia dos direitos sociais e individuais se consolidariam como marca da redemocratização do país. Esses debates contribuíram para a Constituição Federal de 1988.

Segundo Bes *et al.* (2019, p. 37), “as políticas públicas educacionais contemporâneas foram incrementadas a partir do período de redemocratização brasileira na década de 1980 e, principalmente, impulsionadas após a Constituição Federal de 1988”.

Em 1990 houve a ampliação e definição de políticas públicas com novos estudos e novas teorias, sendo considerada por diversos autores como a década da alfabetização. Neste período, aconteceu a conferência mundial de educação para todos, em Jomtien, na Tailândia, que lembrou a educação como direito de todos e firmou o compromisso entre países, entre eles o Brasil, de erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental. O Brasil foi classificado como um dos países com piores indicadores educacionais do mundo, ficando entre os nove que apresentavam um maior nível de analfabetismo.

Visando melhorar este cenário, o Brasil criou a Comissão Nacional de Alfabetização com a finalidade de elaborar diretrizes para a formulação de políticas de alfabetização em longo prazo.

Em 1996 foi sancionada e reformulada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394), determinando o ensino gratuito de qualidade a partir dos quatro anos de idade

e favorecendo as políticas públicas como recurso de financiamento para poder executar programas de melhorias na educação. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é o responsável pela execução das políticas públicas do Ministério da Educação (MEC) e distribuição dos recursos financeiros para os estados e municípios.

Segundo Bes (2018), com a promulgação da LDB nº 9394/96 foi criado o regime de colaboração entre os entes da federação (União, estados, Distrito Federal e Municípios), que devem trabalhar juntos de forma a assegurar a universalização do direito à educação para todos, erradicar o analfabetismo, e melhorar a qualidade da educação brasileira.

Ao longo da história da educação no país, até a contemporaneidade, foram as políticas públicas e as ações sociais que ampliaram o acesso ao ensino com programas pautados para uma educação de qualidade, pretendendo a erradicação do analfabetismo e a alfabetização na idade adequada. Destacamos o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB) que investe recursos em toda a educação básica. Outro marco legal para favorecimento da alfabetização é o Plano Nacional da Educação (PNE/2014), objetivando erradicar o analfabetismo, melhorando a qualidade da educação básica. A esse respeito, Cossetin e Pilarski (2020) afirmam que:

No Brasil, a constituição histórica e política da alfabetização aparece mais no que diz respeito à discussão sobre os métodos, os quais não estão descolados de concepções que engendram a construção de determinadas políticas de alfabetização, provenientes do contexto social mais amplo. Essas discussões giram em torno de disputas entre novas e antigas explicações para um mesmo problema, o de alfabetizar a população. (COSSETIN; PILARSKI, 2020, p. 130).

A educação básica passou a ser direito de todos conforme diz o artigo 205 da Constituição Federal de 1988:

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." (BRASIL, 1988).

Nestas primícias, a educação gratuita para o público alvo de 04 a 17 anos é instituída. Uma educação que abrange a todas as etnias, rompendo todas as dificuldades de desigualdade, como bem afirma o Artigo 3º deste mesmo documento, constituindo os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento federal de caráter normativo e articulado por conhecimentos, competências e habilidades, a

alfabetização é vista como a principal ação pedagógica, que deve acontecer entre o 1º ao 2º do Ensino Fundamental, proporcionando o desenvolvimento de habilidades relacionadas à aquisição da leitura e escrita. No 3º ano da mesma etapa, inicia-se o processo de ortografização.

Como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, “os conteúdos dos diversos componentes curriculares, ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo.” (BRASIL, 2010). Aprender a ler precisa ter um significado e esta significação está nos ambientes sociais e culturais nos quais as crianças estão inseridas.

O processo de alfabetização, instituído pelo Pacto Nacional pela Educação na Idade Certa (PNAIC), que é um programa criado pelo Ministério da Educação (MEC), com o intuito de aumentar o índice de crianças alfabetizadas até o terceiro ano do Ensino Fundamental, busca a redução do analfabetismo no Brasil, na faixa etária de até os oito anos. As legislações, criadas e reformuladas através da participação democrática, são decorrentes de ações entre poder público e sociedade. Ainda há muito o que se fazer pela educação no Brasil, mas podemos verificar a presença de mudanças na linha histórica.

### **ALFABETIZAÇÃO: RESSIGNIFICANDO O CONTEXTO DA SALA DE AULA**

No período moderno encontramos discussões no campo educacional que visam favorecer uma maior valorização acerca das abordagens em alfabetização, deixando para trás o método tradicional na compreensão de que ele não garante uma aprendizagem ativa, mas sim favorece a passividade do processo alfabético.

Maria Montessori (1965) afirma que “Em vez de perguntarmos se devemos ou não devemos ensinar temos de nos preocupar em dar às crianças ocasiões de aprender”. A aprendizagem citada pela autora faz referência à criança como protagonista do processo e não na posição de espectadora e reprodutora.

O alfabetizador ou alfabetizadora deve proporcionar ao educando um espaço alfabetizador, ou seja, é de suma importância que os alunos e alunas sejam estimulados desde a pré-escola no manuseio de vários acervos literários, tendo essa aproximação da leitura com a escrita, permitindo, assim, uma aprendizagem significativa.

Segundo Emília Ferreiro (1996), o processo de alfabetização nada tem de mecânico do ponto de vista da criança que aprende. A criança constrói seu sistema

interativo, pensa, raciocina e inventa, buscando compreender esse objeto social complexo que é a leitura e a escrita. De acordo com Freire (1983), alfabetizar é:

construir um conhecimento. Alfabetizar-se é adquirir uma língua escrita através de um processo de construção do conhecimento com uma visão da realidade. A criança é o sujeito do processo educativo, não havendo dicotomia entre o aspecto cognitivo e afetivo, mas uma relação dinâmica, prazerosa, dirigida para o ato de conhecer o mundo. (FREIRE, 1983, p. 49).

Partindo dessas reflexões, é possível compreender que o docente deve garantir a construção desse conhecimento, despertando a curiosidade e a vontade de aprender, analisando as dificuldades individuais de cada sujeito, considerando que cada criança tem o seu tempo de aprender. Emília Ferreiro (1989) estrutura o processo de construção da escrita em quatro etapas (pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético), denominando este processo de Psicogênese da Leitura e da Escrita.

## **ALFABETIZAÇÃO E SUA IDENTIDADE NO CONTEXTO HISTÓRICO**

Inicialmente, pelo método da soletração, acreditava-se que para aprender a ler e escrever era preciso aprender as letras e seus nomes como se as letras fossem os sons da língua, combinando consoantes e vogais, formando sílabas para então chegar à palavra e, conseqüentemente, na construção da frase. Neste período, a alfabetização se dava de forma mecânica, através da memorização tradicional, ignorando a reflexão dos alunos e alunas sobre o material lido.

Sucessivamente, nas últimas décadas do século XIX e o início do século XX, surgiram os métodos sintético e analítico que se alternavam na prática pedagógica até os anos 1980. Como a arte da leitura é a análise da fala, levamos desde logo a conhecer os valores fônicos das letras, porque é com o valor que há de ler e não com o nome delas.” (RIBEIRO, 1936, *apud* Mortatti, 2000:54).

Soares (2016, p. 18) cita que o olhar sobre a realidade psicológica da criança nasce da necessidade de tornar a aprendizagem significativa e, para isso, parte da compreensão da palavra escrita para dela chegar ao valor sonoro de sílabas e grafemas, dando origem aos métodos que recebem a denominação genérica de analíticos.

Entre eles, destacou-se o método da palavração, introduzido no Brasil também nos anos de 1880 pela cartilha maternal de João de Deus, de que Silva Jardim, eminente educador paulista, nas últimas décadas do século XX, foi o grande divulgador. Palavras de Silva

Jardim, em conferência de 1884, evidenciam esta segunda via de evolução no campo dos métodos de alfabetização:

É fictícia a soletração, em que reúnem nomes absurdos exigindo em seguida valores; transitória a silabação, em que reúnem sílabas, isoladamente, para depois ler a palavra; definitiva a palavrção, em que se lê desde logo a palavra [...] como aprendemos a falar? Falando palavras; como aprendemos a ler? É claro que lendo essas mesmas palavras. (SILVA JARDIM, 1884, *apud* MORTATTI, 2000:48).

Para os autores supracitados, se for “colocar na balança” qual dos dois métodos de alfabetização vigentes da época iria se sobrepor o método analítico ganharia, pois ele parte das unidades maiores como o texto, frases e palavras até chegar às unidades menores, tornando a aprendizagem significativa, pois teria uma compreensão que partiria do texto, fazendo a sua decodificação até chegar às sílabas e fonemas.

Para Soares (2016, p. 19), a controvérsia se concretizou em um movimento pendular: ora a opção pelo princípio da síntese, segundo o qual a aprendizagem da língua escrita deve partir das unidades menores da língua dos fonemas, das sílabas em direção as unidades maiores à palavra, à frase, ao texto (método fônico, método silábico); ora a opção pelo princípio da análise, segundo o qual a aprendizagem deve partir das unidades maiores e portadoras de sentido, para posteriormente acessar as palavras e frases. Nesta perspectiva, o texto segue em direção às unidades menores.

Em 1980 houve uma mudança nos rumos da educação que difundiu-se por todo o país. Uma nova proposta pedagógica com o surgimento do paradigma cognitivista, na versão da epistemologia genética de Jean Piaget (1975), com a denominação de construtivismo que se consagrou entre os educadores brasileiros, rompendo com métodos de alfabetização vigentes, embasados no tradicionalismo.

O construtivismo não era mais um novo método, mas sim uma nova fundamentação teórica e conceitual do processo de alfabetização, objetivando a construção da linguagem escrita. Naquele período, educadores das correntes mais inovadoras lançaram sobre o construtivismo o troféu da “salvação” para os problemas de analfabetismo e combate ao fracasso, embora soubesse que o fracasso da alfabetização era sobretudo de razões sociais. O construtivismo surgiu rompendo o paradigma proposto pelo método tradicional e foi difundido no Brasil a partir das ideias de Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1986) quando afirmam que

Fundamentando-se em objetos e pressupostos radicalmente diferente, no quadro da matriz teórica do Cognitivismo Piagetiano, o novo paradigma afirma, ao contrário, a prevalência da aprendizagem sobre o ensino, deslocando o foco do professor para o

aprendiz; esclarece que o processo de aprendizagem da língua escrita se dá por uma construção progressiva do princípio alfabético, do conceito de língua escrita como um sistema de representação dos sons da fala por sinais gráficos; propõe que se proporcione à criança oportunidades para que construa esse princípio e esse conceito por meio de interação com matérias reais de leitura e de escrita textos de diferentes gêneros e em diferentes portadores: textos “para ler”, e não textos artificialmente elaborados “para aprender a ler”, apagando-se, assim, a distinção, que métodos sintéticos e analíticos assumem, entre aprendizagem do sistema de escrita e práticas de leitura e de escrita. (FERREIRO & TEBEROSKY, 1986, *apud* SOARES 2016, p. 20).

Segundo Ferreiro (1984), a escrita deve ser estimulada a partir de textos atuais, livros, histórias, jornais, revistas, dentre outros. Para a autora, as cartilhas são ultrapassadas, artificiais e desinteressantes. A criança precisa ter acesso aos materiais reais de leitura e escrita, e não a textos sem sentido com o foco apenas no “aprender a ler e escrever” que desenvolva a passividade, em um movimento de não reflexão.

Quando a criança é estimulada ao conhecimento de diferentes gêneros textuais, a aprendizagem é bem mais significativa, pois ela passará a ter desejo pela leitura. Todavia, é importante ressaltar que a aprendizagem apenas é significativa para o aluno quando novas ideias se relacionam aos conhecimentos prévios que eles já possuem, ou seja, aquilo que eles já sabem, ampliando o seu conhecimento, atribuindo novas aprendizagens e significados, fazendo uma acomodação desses novos conhecimentos.

Ferreiro e Teberosky (1999) afirmam que uma criança de 4 a 5 anos que vive em um ambiente urbano, com contato permanente de informações gerais, não precisa chegar à escola e ter uma professora à sua frente para lhe ensinar. As aprendizagens construídas em outros ambientes por elas trazem a afirmativa de que a escola não é o único espaço de aprendizagem. Para Ferreiro e Teberosky (1999), método não “cria aprendizagem”, visto que as crianças aprendem através dos processos e não por métodos sistemáticos e mecânicos”. Elas são sujeitos cognoscentes, ou seja, que proporcionam a sua própria aprendizagem através da própria atividade.

Nesta linha de pensamento, as crianças nascem e ao se desenvolverem seguem construindo o seu conhecimento e, por mais complexo que seja, é preciso ser construído individualmente, singular e não será diferente no sistema de escrita alfabético. Ferreiro (1984) expressa que o sujeito é o produtor do seu próprio conhecimento. Para a autora, a apropriação da escrita se baseia em conhecimentos prévios, assimilações e generalizações, dependendo do seu círculo social e contexto cultural.



Na contemporaneidade, os estudos em alfabetização recebem as contribuições de Magda Soares (2003), propondo uma pesquisa relacionada ao conceito de alfabetização com o de letramento. Para ela, a alfabetização é a aquisição do sistema convencional de escrita como o alfabético e ortográfico. O letramento vai além, fazendo uso competente das habilidades da leitura e escrita em práticas sociais. Por mais que sejam distintos, alfabetização e letramento são interdependentes, pois não faz sentido um texto bem elaborado que não possua finalidades para uso social.

## **ALFABETIZAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

Sabemos que o professor alfabetizador, especialmente os das séries iniciais do Ensino Fundamental, precisam ter acesso e compreender as implicações do ato de alfabetizar. É preciso um movimento de descontextualização para a contextualização tanto do que se lê, quanto do que é escrito. Ou seja, métodos de uma alfabetização formal, em que além de textos decorativos se trabalham o ensino das sílabas de uma forma mecânica não favorece a uma participação social ativa.

Segundo Paulo Freire (1996, p. 74), "não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho". Alfabetizar vai além da forma decorativa, mas parte da compreensão do contexto social da criança, entendendo e resignificando a leitura de modo reflexivo.

Ler é compreender o mundo. As crianças precisam ter possibilidades educativas através da leitura e do letramento, que tragam a compreensão que elas necessitam. O desejo pela leitura vem dos estímulos ofertados, respeitando as etapas de desenvolvimento, como sugere Piaget (1975).

## **SABERES DOCENTES E PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Os educadores devem sempre buscar novos métodos e conhecimentos sobre a alfabetização, pois ser professor requer sempre estar em buscar de mudanças e inovações pedagógicas, buscando uma nova forma de pôr em prática a alfabetização adequada para os discentes, viabilizado o processo alfabetizador de cada criança de forma positiva e significativa. Para tanto, Tardif (2011) afirma que “ O saber dos professores é plural, heterogêneo, porque envolve, no próprio exercício do trabalho, conhecimentos e um saber

fazer bastante diversos, provenientes de fontes variadas e, provavelmente, de natureza diferente. (TARDIF, 2011, p. 18).

Assim, compreendemos a importância dos saberes serem constituídos a partir do saber ser e do saber fazer aos educandos que estão inseridos na realidade cotidiana, tendo em vista que o saber é constituído de vários saberes.

## **MATERIAL E MÉTODO**

O trabalho de pesquisa se voltou para um estudo direcionado à concepção dos saberes docente acerca da alfabetização e de que forma as políticas públicas de ensino têm se voltado para esta temática.

Neste sentido, a metodologia aplicada a este estudo foi debruçada na abordagem qualitativa de pesquisa. O instrumento de coleta dos dados foi uma entrevista semiestruturada. O *locus* da pesquisa foi uma escola da Rede Municipal, localizada na região metropolitana da grande Recife. A escolha dos sujeitos da pesquisa teve como base a linha teórica de Huberman (1995) que trabalha com o tempo de profissionalização dos professores, dividindo em etapas, mostrando as diferenças de sentimentos e atuação dos docentes frente aos anos de profissão.

Elegemos então o universo de docentes da escola na modalidade da alfabetização dos anos iniciais do Ensino Fundamental, totalizando três entrevistadas. As entrevistas foram estruturadas em um roteiro com oito questões, no formato on-line, buscando compreender as concepções dos docentes em relação ao tema proposto.

**Quadro 1 - Mapa do perfil dos sujeitos investigados**

<b>PROFESSORAS</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>EXPERIÊNCIA</b>
P1	Pedagogia	25 anos
P2	Pedagogia	10 anos
P3	Pedagogia	12 anos

Fonte: as autoras

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Analisando as falas dos sujeitos, encontramos semelhanças e diferenças relacionadas aos questionamentos sobre os mesmos conceitos.

## Quadro 2 - Conceituação sobre alfabetização

Identificação do professor	Excertos de Depoimentos
P1	Na minha concepção alfabetização é o aprendizado do sistema de escrita, alfabeto e uso do mesmo para a composição dos códigos de comunicação com apropriação.
P2	Alfabetizar para mim é fazer com que uma criança compreenda os símbolos da escrita, mas não somente isso, é preciso aprender a ler e escrever com eficiência.
P3	Para mim a alfabetização é muito mais do que apenas juntar letras, digamos assim, ou codificar e decodificar grafemas e fonemas. Alfabetizar é todo um processo que consiste em tornar o aluno um cidadão crítico e reflexivo.

Fonte: as autoras

Percebe-se que as professoras concordam que a alfabetização é a aquisição do processo de leitura e de escrita, mas que estrutura-se além de um código mecânico e repetitivo. A preocupação da construção de uma leitura crítica e compreensão de mundo está presente em ambos os discursos.

Neste sentido, como bem afirma Tardif (2007), ressalta-se a importância de os saberes serem constituídos a partir do saber ser e do saber fazer aos educandos que estão inseridos na realidade cotidiana.

## Quadro 3 - desafios encontrados pelas professoras em suas práticas pedagógicas

<b>QUAIS OS DESAFIOS DA SUA PRÁTICA PEDAGOGICA AO ALFABETIZAR ?</b>	
Identificação do professor	Excertos de Depoimentos (ED)
P1	Sim, encontro vários desafios em qualquer processo, mas nada que venha a dificultar, usando estratégia e respeitando o tempo dos alunos.
P2	Sim, todos os dias novos desafios surgem, principalmente nesse período pandêmico que estamos passando. Ensino remoto é um desafio, ensino híbrido é um desafio. Volta às aulas pós-isolamento foi um desafio e ainda está sendo.
P3	Sim, o principal eu posso dizer que é a desvalorização do mundo da leitura. Eu acredito que as crianças precisam ser mais estimuladas pelos pais.

Fonte: as autoras

Sabemos que o grande desafio da alfabetização tem se voltado em diversos fatores que eclodiram com o passar do tempo. Para tanto, os professores inseridos no processo têm enfrentado e vem se reinventado a cada dia. Neste contexto, P3 aborda a importância do trabalho centrado para os desafios do cotidiano. Segundo ela: “Se os pais tivessem o hábito de ler histórias para seus filhos ou se até mesmo indagassem às crianças como foi o dia delas na

escola, o que elas aprenderam, seria bem melhor para elas, pois estariam sendo incentivadas pela família até para reconto das histórias vivenciadas na sala de aula”.

Percebe-se, neste discurso, que a cultura literária do país fragiliza a ação docente, pois não é hábito do povo brasileiro. Para tanto, fica claro a necessidade do profissional de educação buscar instrumentos formativos para auxiliar a prática pedagógica na aplicabilidade de processos de alfabetização.

P1, P2 e P3 concordam que é preciso estímulos além da escola, como instrumento facilitador do processo alfabético. Um ambiente que estimula a leitura favorece o acesso das crianças fora do ambiente escolar.

P2 traz em seu discurso as dificuldades do ensino remoto, necessários no período do isolamento social, ocasionado pelo vírus da Covid-19, que fechou as escolas no ano letivo de 2022.

#### **Quadro 4 - contribuições da BNCC para o processo de alfabetização**

##### **A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR É UMA BASE PARA A SUA AÇÃO EM ALFABETIZAÇÃO?**

<b>Identificação do professor</b>	<b>Excertos de Depoimentos (ED)</b>
<b>P1</b>	Sim, utilizo a BNCC como base para mediar o processo de ensino e aprendizagem para com os meus alunos.
<b>P2</b>	É também um auxílio. A gente tem a política da rede, no caso, mas eu sempre uso a BNCC como um documento auxiliar.
<b>P3</b>	Sim, ela me ajuda a potencializar a garantia que meu trabalho será reconhecido através do aprendizado dos meus estudantes.

Fonte: as autoras

Os discursos das professoras investigadas apontam para que, de fato, a BNCC vem contribuindo com as práticas de alfabetização nos espaços escolares, sendo um documento normatizador deste processo.

#### **Quadro 5 - práticas de alfabetização para a aquisição da leitura e da escrita**

##### **COMO TÊM SIDO TRABALHADAS NO CENÁRIO DE SALA DE AULA AS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO DA LEITURA E ESCRITA?**

<b>Identificação do professor</b>	<b>Excertos de Depoimentos (ED)</b>
<b>P1</b>	Tenho visto muitos docentes utilizando as estratégias lúdicas e consciência fonológica para desenvolver seu trabalho diante da sua turma.
<b>P2</b>	Esse processo de pandemia tem atrapalhado muito. Como eu sou professora do 1º

	ano, a gente já espera que os alunos quando chegam nessa turma já tenham a noção tanto da escrita quanto da leitura.
<b>P3</b>	Tem sido muito desafiador, pois estamos saindo de uma pandemia que atrapalhou bastante até a saída dos estudantes de casa.

Fonte: as autoras

Baseado nas respostas acima, é nítido perceber que os docentes se reinventam para que o processo da alfabetização ocorra na sala de aula, mesmo com todos os desafios enfrentados devido à pandemia da Covid-19. Podemos perceber com clareza o trabalho pertinente à vivência do lúdico e da consciência fonológica em sala de aula.

Perante o exposto sabemos que é necessário ofertar ao aluno um ensino de qualidade, inserindo aprendizagens de forma lúdica e que estimulem o desejo pela aprendizagem da leitura.

#### **Quadro 6 - o olhar dos docentes sobre a oferta de formação pela instituição**

##### **EXISTE FORMAÇÃO CONTINUADA COM A TEMÁTICA DE ALFABETIZAÇÃO (ANOS INICIAIS) NA INSTITUIÇÃO EM QUE VOCÊ ATUA?**

<b>Identificação do professor</b>	<b>Excertos de Depoimentos (ED)</b>
<b>P1</b>	Sim, inclusive eu já participei de algumas formações com essa temática.
<b>P2</b>	Então, a gente tem um calendário de formações. Esse ano eu ainda não tive, acredito que só no final do mês, mas a gente tem focado nisso.
<b>P3</b>	Existe, sim.

Fonte: as autoras

No tocante às formações continuadas, na temática de alfabetização, P1, P2 e P3 confirmam que participam de formações com a temática de alfabetização, vinculadas às redes nas quais atuam. Percebe-se que há uma continuidade e fortalecimento do conceito de alfabetização nas formações.

Perante o exposto, sabemos que a formação continuada é direito do docente, segundo o que afirma no art. 61 do Título VI, Art. 61, da LDB.

#### **Quadro 7 - faixa etária específica para a alfabetização na infância**

##### **HÁ UMA FAIXA ETÁRIA IDEAL PARA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO?**

<b>Identificação do professor</b>	<b>Excertos de Depoimentos (ED)</b>
<b>P1</b>	Sim, claro. De acordo com a BNCC o ideal é iniciar o processo de alfabetização no 1º ano do Ensino Fundamental.
<b>P2</b>	Eu acredito que sim, por questão de autonomia, por questão de a criança desenvolver as suas habilidades.
<b>P3</b>	Sim, as crianças iniciam esse processo no 1º Ano aos 6 anos de idade e terminam no 2º ano.

Fonte: as autoras

Há uma concordância sobre a necessidade de se estabelecer uma faixa etária para a aquisição da leitura. No discurso das entrevistadas, as séries iniciais do Ensino Fundamental determinam este processo.

### **Quadro 8 - quando pode-se afirmar que uma criança está alfabetizada**

<b>QUANDO PODEMOS DIZER QUE UMA CRIANÇA ESTÁ ALFABETIZADA?</b>	
<b>Identificação do professor</b>	<b>Excertos de Depoimentos (ED)</b>
<b>P1</b>	Na minha concepção é quando a criança consegue compreender a escrita; ler e compreender o que leu.
<b>P2</b>	Na minha ideia é quando compreende os grafemas, fonemas, identifica letras, forma palavras e frases. É quando ela consegue em primeira mão saber ler, identificar, reconhecer.
<b>P3</b>	Quando ela domina a aquisição da leitura e da escrita.

Fonte: as autoras

Esta pergunta foi feita aos docentes com o intuito de saber a concepção de cada uma delas. As compreensões são semelhantes, relatando que uma criança está alfabetizada quando compreende, reconhece e domina o código alfabético.

### **CONSIDERAÇÕES**

Pensar sobre a concepção dos saberes docentes, conforme o processo de ensino-aprendizagem com ênfase na alfabetização, é bastante complexo e isso ocorre de forma contínua e singular. Percebe-se no decorrer do artigo que a alfabetização sofreu mudanças ao longo dos anos, saindo do tradicionalismo do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, os métodos da alfabetização que com o passar dos anos foram vistos como antagônicos e defasados foi dando lugar às novas teorias de aprendizagem como o construtivismo, que trouxe grandes contribuições para as práticas pedagógicas.

Segundo a análise de dados, compreendemos através das respostas a concepção de cada docente a respeito da alfabetização. Cada Profissional alfabetizador entrevistado tem diferentes visões relacionadas à alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental.

No entanto, observamos que há dificuldades para que de fato a alfabetização ocorra. Com base nas pesquisas e nas entrevistas vimos que existem vários desafios e que alfabetizar não é uma tarefa fácil, exigindo um compromisso por parte do educador para ofertar ao aluno uma educação de qualidade, agregando a inserção do mesmo em um

ambiente alfabetizador, aproximando o contexto social do educando ao seu processo educacional, tendo como objetivo que a criança seja alfabetizada de uma forma significativa, lúdica e que possa construir novos conhecimentos a cada dia.

Para atingir uma educação de qualidade acreditamos numa aprendizagem significativa, em que os alunos possam aprender, sobretudo através do meio em que ele está inserido, em práticas de leitura de textos reais que façam parte do seu cotidiano.

Nessa perspectiva, acreditamos que para um professor ser um bom alfabetizador é preciso que para ele seja ofertada uma formação que proporcione conhecimentos teóricos inovadores.

## REFERÊNCIAS

ALARÇÃO, I. **Professores Reflexivos em Uma Escola Reflexiva**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

BRASIL. **Parâmetros curriculares Nacionais – PCNs**. Brasília: MEC, 1997.

COSTA, Fabíola Elizabete. **Políticas Públicas de Alfabetização no Brasil: análise do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e da Política Nacional de Alfabetização (PNA)**. 2021. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel - PR. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5474>. Acesso em: 20 mar. 2022.

DAMASCENO, M. ; Therrien, J. (orgs.). **As práticas Culturais dos Estudantes: experiências vividas e socialização escolar**. Campinas: Papyrus, 1993.

DECRETO Nº **9.765, DE 11 DE ABRIL DE 2019**. Gov.br, 2019. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137476/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-765-de-11-de-abril-de-2019-71137431](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137476/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-765-de-11-de-abril-de-2019-71137431). Acesso em: 15 mar. 2022.

FENELON, J. N. **Saberes docentes em construção: as percepções dos professores sobre o trabalho com a Pedagogia de Projetos**. Belo Horizonte, 2004.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, P. **Ação cultural para liberdade e outros escritos**. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 20 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES, O. M. de S. **Saberes docentes mobilizados na dinâmica do trabalho docente**: um olhar a partir do ensino Fundamental (Dissertação de Mestrado). Recife (2004): Universidade Federal de Pernambuco.

IMBERNON, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LDBE - Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996.

MALHÃES, H. **A prática Pedagógica**: ação dialógica na construção de Identidades. 2 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

MOREIRA, M. A. **O que é afinal aprendizagem significativa?** Revista cultural La Laguna Espanha, 2012. Disponível em: <http://moreira.if.ufrgs.br/oqueeafinal.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

MORTATTI, M. R. L. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo: UNESP/INEP, 2000.

NOVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. In: Novoa, A. Os professores e sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, M. M. **Como Fazer uma pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos: São Paulo: Pontes, 2005.

PERRENOUD, P. **Escola e cidadania**: o papel da escola na formação para a Democracia. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PERRENOUD, P. **Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SOARES, M. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo, 2020.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**, São Paulo: Editora contexto, 2018.

PIAGET, J. **Psicologia e pedagogia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

SOARES, M. **Alfalettrar**: Toda Criança pode aprender a ler e escrever. São Paulo: Editora contexto, 2020.